

Prática de pesquisa e “Sociologia pública”: uma discussão em torno de cruzamentos possíveis e outros nem tanto

LEONARDO MELLO*

Resumo

Este artigo insere-se como uma reação direta ao chamado *For Public Sociology* (2005), do sociólogo Michael Burawoy. Discute as implicações daquele texto-manifesto em termos de uma prática de pesquisa que incorpora o componente dialógico da proposta e procura mostrar as suas limitações quando faz concessões quer à sociologia profissional, quer a *policy sociology*. Tais limitações são postas à luz tendo por base alguns exemplos extraídos de trabalho de campo próprio, em que o elemento reflexivo da pesquisa impõe uma problematização em termos de relações de poder entrevistador-entrevistado. Recorre-se à abordagem tourainiana da sociologia da ação e da metodologia da intervenção sociológica para mostrar que a tradição da disciplina já enfrentou o mesmo gênero de questões anteriormente. Por fim, o artigo conclui pela pertinência da “sociologia pública” desde que levando em conta as incompatibilidades metodológicas com os outros “tipos” de sociologia caracterizados pelo autor no texto mencionado.

Palavras-chave: Sociologia pública. Prática de pesquisa em Sociologia. Intervenção sociológica.

* Doutor e docente do Departamento de Sociologia da USP.



leitura deste artigo¹ encerra um problema grave. Ela pressupõe o conhecimento prévio de um outro texto, *For Public Sociology*, de Michael Burawoy (BURAWOY, 2005). O conteúdo que ora se presta à apreciação é, todo ele, uma reação àquele texto, sendo para isso mobilizadas também outras referências teóricas, principalmente o conceito de intervenção sociológica de Alain Touraine. Como a incorporação de exemplos de pesquisa de campo própria pareceriam desbalancear o andamento do artigo – eminentemente especulativo –, optou-se por inseri-los somente quando fossem essenciais para o argumento. Ele vai procurar sustentar-se, pois, apenas naquela reação inicial. Uma vez que o chamado de Burawoy tem suscitado algumas reações em língua inglesa,² não pareceu despropositado basear a exposição nesse único texto-manifesto.

Antes de mais nada é preciso dizer que *For Public Sociology* é uma espécie de sopro de vida em um ambiente intelectual, hoje inteiramente globalizado, que tem-se tornado mais e mais autoreferenciado, pesado e – por que não dizer? – chato. Este artigo pretende se colocar como uma contribuição partindo, portanto, de dentro do campo dos simpatizantes da “sociologia pública”.

“A sociologia pública traz a sociologia para uma conversação com o público, compreendido esse último como pessoas que estão elas mesmas envolvidas em uma conversação” (*For Public Sociology*³, p.7). A definição da sociologia pública baseia-se em uma prática comunicativa. Mas na defi-

1 Originalmente, comunicação apresentada ao XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, Recife, 29/05 – 01/06/2007, GT “Sindicatos, Trabalho e Ação Coletiva”.

2 Tal recepção pode ser encontrada no n. 3, vol. 31 da revista *Critical Sociology*, incluída também no próprio site pessoal do autor: <<http://sociology.berkeley.edu/faculty/burawoy/workingspapers.htm>> Acesso em 6.12.06. Veja-se sobretudo Aranowitz (2005), Urry (2005), Walda Katz-Fishman and Jerome Scott (2005), Baiocchi (2005), Behrooz Ghamari-Tabrizi (2005).

3 Daqui em diante, PS. Por seu turno, as menções à Sociologia Pública, a fim de evitar a repetição, serão referidas sucintamente como SP.

nição de “público” há uma diferença importante, à qual se superpõe, aliás, a diferença entre sociologia pública *tradicional* e *orgânica*. Enquanto a primeira se destina a um público indiferenciado e abstrato, a segunda tem como referência um público especificado, concreto no sentido de possibilitar uma interação e, no limite, uma intervenção.

O primeiro tipo de público tem uma correspondência com a noção desenvolvida por Jürgen Habermas de um espaço público burguês esclarecido, formado por proprietários e pais de família; o segundo tipo de público aproxima-se da noção de um “espaço público plebeu”⁴, na medida em que é uma especificação daquele oriundo da noção habermasiana. O primeiro tipo de público tem uma afinidade eletiva com a noção de uma “opinião pública” vagamente traduzida como a mediana do homem comum (entendido naquele sentido social do proprietário, pai de família etc.), enquanto o segundo tipo de público traduz a “opinião pública” de uma maneira diametralmente contrária, como um conjunto informado de sujeitos dotados de capacidade ao mesmo tempo de ação e de contestação. O primeiro tipo de público se autorepresenta e é representado pelo discurso intelectual como dotado de universalidade, enquanto que o segundo tipo de público é *parte*, nunca todo.

No entanto, a prática comunicativa define-se melhor na postura dialógica que é pressuposta entre o investigador e o seu “objeto”: “Entre o sociólogo público orgânico e um público há um diálogo, um processo de educação mútua” (Idem, p.8). Desnecessário marcar a distância desse tipo de prática de pesquisa e de orientação metodológica com respeito àquelas de matiz positivista. O que é de interesse é exatamente a busca de uma precisão maior da sociologia pública em sua vertente de intervenção sociológica, isto é, naquilo que seria especificamente o espaço de atuação próprio do saber sociológico na obtenção de (algum) conhecimento novo. A

4 A ideia está em Alexander Kluge e Oskar Negt, “The Public Sphere and Experience”, mencionada em Calhoun (1992, p. 39).

pesquisa é esse momento, e a relação com o objeto investigado não pode ser de senso comum. No entanto, o tipo de vínculo orgânico com o público, que é objeto do conhecimento, é que é o elemento, por assim dizer, adicional da abordagem da sociologia pública, de tal maneira que “validar tais conexões orgânicas como parte de nossas vidas profissionais” é mesmo o seu projeto intelectual explícito. Não há, contudo, uma explicitação de quais instrumentos de pesquisa seriam os mais adequados para atingir essa finalidade de conhecimento (a qual poderia bem ser designada como “transformadora”), que a sociologia pública defendida por Burawoy não chega a chamar de “científica”, mas que, segundo ela própria, não prescinde nem do método empregado pela assim definida “sociologia profissional”, nem dos rituais de consagração típicos do mundo acadêmico tradicional (os prêmios, concursos e a competição simbólica associada aos bens intelectuais).

Esse é um elemento problemático do argumento em favor de uma sociologia pública. Sua fragilidade assenta-se na equiparação dos domínios respectivos dos tipos de sociologia elencados por Burawoy, a saber, as sociologias “profissional”, “crítica”, “de políticas públicas (*policy*)” e, finalmente, a “sociologia pública”. Elas são dispostas em um mesmo plano, de tal forma que cada uma delas se “especializaria” em áreas de atuação temática e metodológica próprias (por ex.: a sociologia crítica para os universitários, que se dedicariam a temas “abstratos”, enquanto os “profissionais” estariam mais afeitos aos problemas sociais concretos etc.) mesmo que se admitam cruzamentos ou alianças possíveis entre os quatro tipos. Uma tal solução não leva suficientemente em conta que esses tipos diferenciais de sociologia são atravessados desigualmente por campos de poder, fazendo com que aqueles cruzamentos não resultem nem no mesmo peso, nem na mesma posição relativa num gradiente disposto em termos de mais prestígio/ menos prestígio, ou de mais recursos materiais/ menos recursos. Para ir direto ao ponto: a importação do método (e da postura metodológica que

lhe é correspondente) da sociologia profissional para a - e seu uso na - sociologia pública não pode estar desacompanhada de limitações importantes nessa passagem. Como se a SP tivesse necessidade da legitimação científica da sociologia profissional; ou, então, como se o conjunto de instrumentos de obtenção de dados e a aferição dos resultados obtidos com eles como sendo “a realidade” permitissem, ambos, uma posição de neutralidade, de forma a que pudessem ser aplicados em qualquer situação.

Mas há outros aspectos de interesse que merecem relevo. Além de destinar-se a uma população com a qual se estabelece um diálogo e uma interação (vislumbrando-se, portanto uma ação transformadora), a SP cria o seu próprio público. Essa é uma noção interessante porque deixa de lado a idéia de um destinatário social em estado puro e definido exteriormente à própria relação social. Isso significa que o propósito da investigação, nos termos da SP, é provocar o público a quem ela é endereçada, fazer com que ele tenha interesse no produto da pesquisa social que o toma por objeto. Essa postura contrasta com a passividade de uma relação de pesquisa tradicional. Em consequência, expõe o interlocutor à sua própria capacidade de julgamento.

A proximidade com a noção touraniana de “intervenção”⁵, oriunda de sua sociologia da ação⁶, torna-se aparente nesse ponto. Outras convergências podem ser observadas entre as duas formulações (Burawoy e Touraine). Ambos têm, por exemplo, como alvo os movimentos sociais (embora não definidos da mesma maneira). No entanto, a perspectiva de Touraine parece mais restritiva quanto ao privilegiamento dos movimentos sociais. Um grupo social sem uma iniciativa engajada em algum tipo de luta ativa talvez não fosse tão atraente para a sua proposta de intervenção sociológica, enquanto que um grupo de pessoas comuns sob o constrangimento de determinações que não são percebidas como constrangimento poderia em tese ser um alvo da SP: o pesquisador poderia trazer à luz essas determinações e,

5 Touraine (1978).

6 Idem (1973).

com isso, criar um público que, a partir daí, passasse a se interessar por seu destino e a solicitar a intervenção do sociólogo, não para fins de alguma mudança imediata mas simplesmente para manter a carga reflexiva que aquela influência ativou. O sociólogo cria o seu público tal como, na epistemologia estruturalista, o sujeito do conhecimento cria o objeto do conhecimento. Tal postura metodológica afeta os procedimentos ordinários da investigação e a escolha dos instrumentos de obtenção de dados, como, por exemplo: a definição da categoria de estudo (quando essa última não é tão evidente quanto um movimento social autoimputado) e as variações do campo de onde serão extraídas as informações relevantes dessa população, isto é, aquilo que poderíamos chamar de “evidências”⁷. Penso principalmente em decisões do tipo: até onde vai a entrevista, qual a oscilação desejável de seu número (para mais e para menos), bem como a diversidade de informantes, que perguntas adicionar ou retirar do roteiro original, enfim, questões até certo ponto triviais no andamento de uma pesquisa aberta, sem portanto as amarras do método definido de maneira positivista, mas que, de todo modo, ganham uma confirmação com a SP, pois agora essas questões podem ser enquadradas não como ato arbitrário do sociólogo público orgânico e sim como produto conjunto do pesquisador e seu público. Seria problemático algum tipo de compromisso, quanto ao que se acabou de discutir, com a chamada “sociologia profissional”, pois sua força advém exatamente da negação de princípio dessas influências recíprocas (sujeito – objeto; sociológico – público).⁸

Demais convergências com o método da intervenção sociológica de Touraine seriam⁹:

7 A noção de “evidência” aparece em Max Weber em *Conceitos sociológicos fundamentais* (WEBER, 1984, p.9).

8 Veja-se para uma fundamentação dessa postura, Horkheimer (1980).

9 A caracterização do método de intervenção sociológica que segue baseia-se largamente em Touraine (1978).

Sociologias, Porto Alegre, ano 11, nº 22, jul/dez 2009, p. 76-99

a gestão coletiva do desenrolar da pesquisa e dos próprios resultados. Touraine enfatiza – sempre pensando nos movimentos sociais como alvo – que um grupo social terá uma melhor compreensão de sua própria ação graças ao trabalho de análise levado a efeito pelo sociólogo sobre essa mesma ação, conjuntamente com o próprio grupo, que participa dos momentos de criação das condições daquele entendimento. O sociólogo procura os inimigos, atuais e potenciais, materiais e simbólicos, que funcionam como o adversário do grupo em questão, caracterizando tal contenda como uma “luta de classes”. Sem entrar na discussão problemática desse último conceito na arquitetura do pensamento tourainiano, é suficiente reter o lado interessante da démarche: o conflito como constitutivo das relações sociais. Em segundo lugar, uma diferença é que enquanto a intervenção foi pensada originalmente para atuar sobre condutas coletivas ativas, pode-se tentar deslocá-la para situações sociais de passividade ou conformismo aparente, situações que não mostram imediatamente qualquer índice de conflito, mas que estão sob a pressão contida de relações de força e de desigualdade. Exemplo: situações de trabalho fabril no capitalismo, independente das formas de organização prevalentes.

como decorrência do que foi dito acima, e ainda tendo por alvo os movimentos sociais, o autor propõe empurrar o movimento para o seu grau máximo de tensão, o que seria exatamente levar um ator coletivo ao confronto com o seu adversário em torno da luta pelo controle da historicidade (são termos do autor), da qual deriva o conteúdo cultural do conflito. Esse efeito de desvelamento crítico parece ser coerente com a ideia levantada acima de aplicar a postura de intervenção sociológica em situações de passividade apa-

rente, mas que escondem níveis latentes de conflito. Essa percepção, contudo, só pode ser percebida por alguém de fora, não por causa de nenhuma prevalência ontológica do pesquisador sobre o grupo, mas por causa da objetificação necessária que a situação social implica para os seus participantes, na medida em que a reiteração das práticas “naturaliza” as condutas e as racionalizações dessas mesmas condutas.

do ponto de vista dos dados obtidos sobre o movimento social, a intervenção sociológica parece ser também mais rica do que, por exemplo, a análise histórica e o questionário. A razão dessa superioridade reside no fato de que, durante a análise do movimento social com a participação dos próprios envolvidos, a vida do grupo é considerada como um processo de imposição de sentido à história. Os problemas da ação coletiva seriam, desse ponto de vista, documentos sobre as forças que tentam impor a mudança do estado de coisas, enquanto que os métodos mencionados anteriormente estariam em uma posição menos privilegiada para captar esse processo de projeção de “saídas” ou alternativas, contidas como parte da própria razão de ser dos movimentos sociais.

Vimos, portanto, três aspectos da intervenção sociológica que mais diretamente guardam pertinência para o enfoque da sociologia pública. São eles, respectivamente, os aspectos: reflexivo, crítico e metodológico.

Como se pode notar pelo exposto até aqui, há elementos de contato possível entre a intervenção sociológica proposta por Touraine e o projeto de uma *Public Sociology*, não só por conta do privilegiamento dos movimentos sociais como coletividade ativa no qual aquele projeto pode encontrar o seu público, como também na forma de relacionamento da sociologia com esse público: o vínculo orgânico descrito por Burawoy lembra a solicitação de uma interpelação do ator histórico que põe em questão as “regras,

os jogos e as coalizões, não como o protesto do cidadão contra os poderes mas como a ação dos homens para produzir a sua história” (TOURAINÉ, 1978, p.306). Curiosamente, a intervenção sociológica parece mesmo mais radical em termos metodológicos, pois seu compromisso tanto com a *policy sociology*¹⁰ como com a “sociologia profissional” é muito menos admitido do que no caso da SP. É claro, existem pressupostos em sua formulação geral que não estão sendo levados em conta aqui, e que seguramente afetam o corpo teórico do projeto abrangente (na verdade, um projeto de refundação da própria tradição sociológica com base em uma ênfase na ação e a compreensão do sistema social como composto de relações sociais movidas por ações coletivas). Cito apenas três: 1) a definição de historicidade por oposição à história (entendida essa última como valor meta-social, e portanto não-sociológico); 2) a possibilidade de pôr-se ao abrigo da ideologia, mesmo considerando a crítica da ideologia no interior dos movimentos sociais; 3) uma visão excessivamente eurocêntrica da relação entre Estado e sociedade civil. Esses pressupostos não serão discutidos aqui. Leva-se em conta apenas os aspectos de fato mais imediatamente operacionais da intervenção, isto é, a maneira como concebe a forma de obtenção de dados e os seus resultados em termos de análise.

Quanto a esse último aspecto, a percepção de que o movimento social traz à luz realidades e interpretações que ficam secundarizadas em relação à ação do Estado e das lideranças políticas institucionalizadas, ou em vias de institucionalização, é uma indicação útil, embora as mediações políticas entre aqueles atores e os movimentos não sejam considerados com uma ponderação mais complexa para a explicação do sistema de relações sociais tais como são – dizendo de outra maneira, o modelo opõe de forma muito definitiva os pólos Estado, lideranças, instituições, poderes e

10 Uma tradução aproximada seria “sociologia orientada para políticas públicas”. Como o termo em português ficou mais longo do que em inglês, utilizar-se-á o segundo por motivos de praticidade.

forças organizadas *versus* atores e sistemas sociais móveis baseados em relações sociais. No entanto, e curiosamente também, a utilidade da abordagem fica contemporânea com a crise tanto das formas políticas tradicionais de representação (partidos, sindicatos), quanto do Estado como suporte de um discurso universalista e público. Desse modo, a fala do movimento social (Touraine) - assim como a do “público” (Burawoy) - atualiza o conteúdo emancipador da disciplina, seja explicitando a “produção da sociedade sobre ela mesma” (Touraine), seja rememorando o *élan* dos primeiros sociólogos-reformadores (a figura emblemática de W.E.B. Du Bois no manifesto de Burawoy [Idem, 2005]).

Uma segunda utilidade da intervenção sociológica em seu cruzamento com a noção de um “público” ao mesmo tempo objeto e produtor de conhecimento está na abordagem da questão da identidade do grupo. Ao conceber a sociedade como um sistema de relações sociais em conflito permanente pela direção cultural dela mesma, a noção de um agregado organizado em torno da identidade grupal ou social é visto de maneira quase regressiva, uma vez que isso significaria uma recusa de encarar o campo de lutas com o adversário sobre a condução cultural da sociedade; seria em suma uma recusa das relações sociais que orientam a historicidade. A crítica à noção de identidade ecoa o debate que na teoria política opõe comunitaristas e liberais. Nesse exercício mecânico de comparação, Touraine estaria alocado no segundo time. Mas a crítica da identidade pode ser útil para os esforços da SP, por outro lado, porque contribui para afastar o perigo de encerrar a preocupação da intervenção nas virtudes de descrição do próprio grupo, ao invés de buscar o feixe de conflitos no qual ele está inserido.

Essa é uma questão aberta para a SP. Na abordagem dessa última, conforme já mencionado acima, os sociólogos *criam* o seu público juntamente com os próprios interessados e nessa medida têm muito a ganhar. Não se trata de uma questão de voz ou de representação porque não está

em causa um movimento de exteriorização em relação aos próprios envolvidos. O perigo subjacente a tal postura é que apenas alguém de dentro do grupo, alguém que tenha algum tipo de partilha de experiência com os de dentro, possa esgotar a análise do próprio grupo; no limite, somente um nativo poderia ser o sociólogo de sua própria sociedade (identificação). Burawoy dá o exemplo do movimento de mulheres e do público “mulheres”, cuja consolidação muito deve a intelectuais e sociólogas que se reconheciam como oprimidas, marginalizadas e silenciadas (PS, p.8). O reconhecimento da categoria “mulheres” seria um meio caminho entre a definição racionalizada que as intelectuais dão do grupo e a maneira como as próprias se autorepresentam nesse universo. A convergência provaria a possibilidade de uma sociologia pública. O mesmo valeria para outros grupos em situação semelhante de reconhecimento de sua “parte”. Mas, contrariamente à intervenção, ao invés de deter-se apenas em coletivos em luta, como os movimentos sociais, a SP se contenta com o cidadão comum, em trazer para contextos públicos as vidas privadas das pessoas ordinárias (por exemplo, o estudante de sociologia). Subjacente está a idéia de uma sociedade civil – a qual, aliás, também não é estranha à concepção dos movimentos sociais em Touraine - que dialoga consigo mesma, de um espaço público que tem sua consciência crítica na figura do sociólogo.

Chegado nesse ponto, pode-se tentar desenvolver a noção de diálogo como prática de conhecimento, como exercício de análise e como meio para a produção de dados ou informações sobre a vida social. Isso envolve certa discussão sobre método e aproximação com as fontes. Como já se fez referência, a pesquisa na sociologia pública desenrola-se à guisa de uma conversa entre o investigador e seu “público”. Mas os valores e objetivos não precisariam ser necessariamente partilhados (como no caso do movimento das mulheres citado anteriormente). A reciprocidade não seria um dado na situação de partida. Chegar até o ponto de uma conversa, isto é,

de uma troca de pontos de vista livres, de tal modo que um interlocutor fosse influenciado pelo outro, seria a resultante pública ou civil possibilitada pela prática da SP. Ela se situaria, assim, como uma modalidade de ação comunicativa com desdobramentos que não ficariam contidos ao “campo” científico mas que transbordam para o espaço público, admitindo portanto o *interesse* presente na empreitada do conhecimento de uma ciência humana.

É muito importante levar em conta aquele elemento de estranheza e de distância iniciais na relação investigador-investigado. Ele é um elemento constitutivo de todos os “tipos” de sociologias desenhados por Burawoy (exceto, talvez, a sociologia crítica). Somente mantendo uma autocontrolada estranheza e distância em relação ao informante pode o investigador sustentar um espaço relativamente neutro a partir do qual compreende as relações de poder simbólico que atravessam o tempo todo a situação de entrevista. Isso é facilmente demonstrável em qualquer ocasião ordinária de pesquisa onde o investigador é minimamente sensível às condições de exercício de sua própria prática. Ele sabe, por exemplo, que o acesso ao público está travejado pela marca simbólica da ciência e da universidade (no caso de uma pesquisa levada a efeito por um pesquisador que se apresenta como universitário), os quais compartilham um dote muito valorizado pelo público. Desfazer essa pré-noção de saída, em nome de uma suposta igualdade democrática entre entrevistador-entrevistado, pode comprometer a própria situação de encontro ou entrevista, uma vez que desorganiza as expectativas posicionais prévias do lado não-advertido, espontâneo, popular - se se quiser - da relação. Qual não seria a decepção de um informante que não mantivesse viva a crença na superioridade de um conhecimento para o qual ele, de maneira tão deferente, aceita em transferir uma parte considerável de sua experiência vivida, às vezes com uma sem-cerimônia que só faz estarrecer aquele que, cético de profissão, não deposita nesse conhecimento mais do que uma eficácia relativa? Pode-se dizer que

é a terrível absolutização dessa crença, por parte dos informantes, que permite arrancar deles as informações mais valiosas. Na verdade, eles pedem ajuda para compreender a sua própria situação, e encontram como *medium* aquilo que a cultura e a formação tornaram disponíveis como quadro mental geral e, por isso, em certa acepção, público (no sentido, pois, do “espaço público burguês”). Manter, portanto, a comunicação livre de constrangimentos em situação já de descompasso inicial seria de início um grande desafio, na medida em que poderia pôr tudo a perder na ilusão da “transparência” da troca entre investigador e investigado. A estranheza e a distância seriam assim estratégias conscientes do sociólogo público, com a perspectiva talvez de que elas pudessem se estreitar ou erodir à medida que uma relação mais igualitária fosse sendo tecida, ao longo dos encontros.

De toda a forma, é preciso ter em conta que a cobrança de cientificidade e respeito ao protocolo da pesquisa “séria”, por parte do público, participa da mesma linha de força que emana da sociologia profissional e da *policy sociology*. Portanto, o trânsito possível entre esses dois últimos tipos de sociologia e a SP não poderia ser arbitrário, dependente em última instância apenas de uma conversão voluntarista do pesquisador - que resolve, a partir de uma demanda instrumental, explodir as próprias limitações da encomenda que lhe foi endereçada com a população em questão e, a partir de um determinado momento, “colocar seu conhecimento em favor de uma causa”, subvertendo conscientemente aquelas limitações e os obstáculos institucionais que lhe estão ligados etc. (Burawoy dá alguns exemplos desses trânsitos de uma *policy sociology* para uma SP, em PS, p. 9-10). Para que essa utopia fosse satisfeita faltaria, por assim dizer, “combinar com o outro lado”, isto é, com os próprios informantes, que, ao contrário, guardam todo um outro tipo de expectativas, como se viu. Em suma, se a passagem de uma sociologia profissional ou de uma *policy sociology* para uma SP é menos problemática para o intelectual-pesquisador, que conscientemente representa essa distinção conceitual (bem como sua “superação”), o mesmo não ocorre do lado do

informante ou entrevistado, para o qual tal distinção (porque abstrata) não é reconhecível.

Para que toda essa torção fosse não digo eliminada completamente mas ao menos mitigada, seria preciso que a relação comunicativa investigador-investigado fosse desde o princípio considerada como tal, o que teria tanto mais sucesso quanto menos a ciência e seus métodos fossem exercitados, na chave habermasiana, como “ideologia”.¹¹ Isso implica também uma postura muito mais radical referente aos outros tipos de sociologia pois, como vimos antes, não basta, no trajeto da investigação, “mudar de lado” (no caso, para o “bom” lado), sendo esta uma postura voluntarista e unilateral. Seria preciso algo como uma aproximação progressiva até a diminuição tanto da distância quanto do estranhamento (aquele espaço “objetivo” de neutralidade a que se fez referência anteriormente) na relação investigador investigado – com o risco, claro, de colocar em questão, no limite, a própria pertinência de uma ciência sociológica...

Mas ao menos as escolhas ficariam mais claras. Se a *policy sociology* trata a população estudada como acesso e resultado de uma demanda endereçada por algum cliente, cuja resultante é um produto; e se a sociologia profissional não se coloca perguntas sobre as condições internas de produção dos seus dados, a SP, por seu turno, intenta construir a agenda de pesquisa conjuntamente com o seu público (PS, p.9). Mas para que esse empreendimento seja de fato comunicativo e transformador, seria necessário fazer a crítica da linha de força das outras duas sociologias – em especial da sociologia profissional e seus pressupostos positivistas - atuando no próprio modo de operar da SP; para o que fica complicado, como pensa o autor, admitir essa última como condição *sine qua* da SP (PS, p.10).¹² Há aqui um raciocínio por demais mecânico e aditivo – uma infraestrutura técnica que funciona como base para todo o desenvolvimento (científico ou não) posterior.

11 Veja-se Habermas (1980, p. 313-343).

12 Da reação à PS referida na nota 2, o texto de Ghamari-Tabrizi (2005) é o que explicita mais claramente esse ponto de vista; porém não tira as suas consequências.

Carece a SP de uma reflexão sobre a recepção dos pressupostos positivistas entre o próprio público e a forma como isso distorce a comunicação. Não é nada fácil, como se discutiu previamente, distinguir entre conhecimento instrumental e conhecimento reflexivo, se na própria prática de pesquisa o interlocutor só reconhece como legítimo o primeiro. Afinal, é onde ele encontra o espaço (neutro) de objetividade necessário para considerar a resposta a algumas perguntas sobre as quais poderia, em circunstâncias normais, não só taxar como invasivas (íntimas), como, no pólo oposto, politicamente relevantes (a ponto de levar o problema próprio a um público mais amplo). O decantado diálogo com o público (desiderato último da SP) e o diálogo como movimento de pesquisa (procedimento não tão claramente formulado na SP) não se sobrepõem necessariamente, sob pena de desacreditar as condições mesmas em que as informações são repassadas, isto é, as expectativas e crenças contidas nelas.

Tudo isso conduz a um cenário em que às perguntas “conhecimento para quem?” e “conhecimento para que?” (PS, p. 11), a sociologia deve fazer incluir também a pergunta sobre *como* esse conhecimento é obtido, pois muitas vezes uma resposta normativamente orientada a essas perguntas em um sentido emancipador pode estar a persistir em desigualdades e mal-entendidos da parte de seu “público”. O que está envolvido no questionamento da SP parece ser mais do que um problema de ajustes nos instrumentos ou métodos de pesquisa (por exemplo, sobre a não-diretividade da situação de entrevista).

Um exemplo talvez seja oportuno para explicitar o que se tem em mente quando se levanta esse gênero de dúvidas. Em uma situação de pesquisa onde o pesquisador se apresenta como sendo “acadêmico” ou “da universidade” a expectativa do informante: 1) varia segundo a posição social desse último, e 2) varia segundo o uso que a posição social dele mesmo intenta fazer com as informações que porventura saiam da situação

– seu produto. Não se está referindo aqui ao produto propriamente dito (um relatório) mas à representação que se faz dele. Um líder sindical vai questionar (talvez não explicitamente) a capacidade de uma metodologia qualitativa, baseada em entrevistas abertas e sem critérios muito “objetivos” de cientificidade (na visão dele) e de distanciamento entre entrevistador-entrevistado, de alcançar dados relevantes que possam ser utilizados na explicação sábia sobre a realidade dos trabalhadores (eventualmente da classe) que ele representa. Tal percepção não é um tópico de menor importância para o modo de pensar do líder sindical, que associa imediatamente a eficácia dos dados em termos de uma política pública para o setor, quando então ele passa a “cobrar” implicitamente do entrevistador uma orientação das perguntas que vá até o “ponto central”, isto é, a política setorial do governo, ou a estratégia global das empresas multinacionais, ou a necessidade de crescimento econômico etc. Nesse sentido, a economia é a representação típica da disciplina que, no quadro mental dos líderes sindicais e por causa da correspondência dos seus argumentos com os argumentos utilizados para a racionalização de sua prática, resolve melhor a adequação entre o que ele quer falar e o que ele quer ver perguntado. A sociologia tem mais dificuldade em estabelecer aquela adequação, na medida em que ela se afasta do paradigma do modo de operar da economia, tanto em termos de noções (certos termos que tem o poder de se associar imediatamente, mesmo que superficialmente, às categorias do informante: pensemos em termos tais como “desenvolvimento do mercado interno”, “competição no mercado de produtos” ou “política salarial do setor”¹³), quanto em termos do modo de operar causalmente os fatos e o próprio repertório de fatos que ela escolhe (a ênfase na organização interna do grupo ou nas condições de trabalho, mais do que o salário, por exemplo). Nesse sentido, o desejo de adequação ao público com o qual se busca

13 Passam a ser, nesse sentido, palavras mágicas.

interagir (os líderes sindicais com os quais se partilha intimamente alguma simpatia pelo fato de estarem “na mesma luta”) conduz a um resultado pouco crítico de capitulação diante da economia e de afastamento dos propósitos iniciais de conhecimento (certas perguntas que vão ficando pouco a pouco abafadas no transcorrer da entrevista). “Estar à vontade” com o informante significaria render-se a um público que não esgota tudo o que se poderia extrair em termos de explicitação de relações sociais envolvidas. Não é isso com certeza que a SP tem em mente quando propõe a interação com um determinado público mas é a isso a que ela chega (isto é, a essa limitação), ao admitir o compromisso com a *policy sociology* ou a sociologia profissional. É claro que o entrevistador pode tentar controlar habilmente esses *biases* se ele têm consciência deles desde o início, mas a questão no fundo é: dado o reconhecimento de sua existência, por que não tomar uma posição?

Um outro exemplo, dessa vez vindo de um outro público dentro da mesma classe¹⁴ (entrevista com a base, no caso, uma parcela da força de trabalho feminina do setor de confecções): a expectativa em relação ao pesquisador já não é tanto de confirmar o saber econômico racionalizado pela liderança mas pode revestir-se de muitas facetas, uma vez que não se trata de um público institucionalmente organizado (pode-se ensaiar uma hipótese de que quanto mais institucionalizado o público da pesquisa, maior a tensão da SP em lutar contra os pressupostos de uma espécie de visão corporativa do mundo). Primeiro, a curiosidade (o por que de um interesse por um público sem interesse); em seguida, a esperança (poder levar ao conhecimento amplo da população as mazelas vividas pelo grupo); ou também a contaminação por representações estereotipadas da pesquisa. O grau de fechamento em razão do predomínio de uma visão corporativa do mundo pode ser menor mas isso não elimina de maneira alguma a dominância

14 O simples fato de admitir públicos diferentes dentro de uma mesma classe social já é um dado sociologicamente relevante.

de preconceitos sobre o modo de proceder de uma pesquisa que seja, para os informantes, confiável - o questionário fechado e perguntas objetivas conferem um ar de respeitabilidade e formalismo que a sem-cerimônia do acesso presumivelmente mais igualitário quer fazer passar -, o que igualmente coloca um desafio para a SP de, por um lado, confirmar esses preconceitos para ser bem sucedida na empreitada de pesquisa ou, por outro lado, apostar na ruptura e com isso provocar um mal-entendido do lado receptor, que pode passar a desconfiar da posição aprioristicamente privilegiada de um pesquisador universitário e sério. Mais uma vez, compromissos com a *policy sociology* ("esta pesquisa serve para colher subsídios para uma política pública etc.") ou com a sociologia profissional ("seu domicílio foi escolhido de maneira aleatória por meio de uma amostra representativa da população X ou Y etc.") não são neutras para a SP, com a diferença de que agora se está a mostrar que tal compromisso pode ter como origem uma exigência do próprio público com o qual a SP busca estabelecer uma relação mais interativa e menos impositiva de sentido. Não são neutros porque elas funcionam como barreiras ou limitações para aquela relação mais interativa e menos impositiva de sentido. Para funcionar diferentemente, seria preciso mobilizar a sociologia crítica (não na acepção que o texto-manifesto PS parece representá-la, isto é, como um repositório de erudição acadêmica que fala consigo mesma, desligada de qualquer prática de pesquisa) para desconstruir, explicando os compromissos filosóficos implícitos nelas,¹⁵ tanto a *policy sociology* quanto a sociologia profissional. Estrategicamente falando, haveria muito mais pontos em contato entre a SP e a sociologia crítica do que entre a primeira e os outros dois tipos de sociologia.

Curiosamente, e tomando novamente em consideração a concepção de Touraine sobre a intervenção sociológica, vamos encontrar nesse autor uma visão bem mais clara e inequívoca acerca do papel do pesquisador: nem observador, nem ideólogo, mas um mediador (*La Voix et le Regard*, p.

15 Ousaria notar que essa é uma das indicações de um projeto de crítica metodológica como aquele da obra *Conhecimento e Interesse* [orig. publ. 1968], de Jürgen Habermas (HABERMAS, 1982).

44). Nesse sentido, não há tanta preocupação com instrumentos propriamente ditos, já que a participação e o engajamento na vida do grupo analisado (um movimento social) desloca essa preocupação de distanciamento e manutenção de um espaço (virtual que seja) de objetividade e assume de saída a necessidade de ser acolhido e a necessidade de tornar explícito o próprio papel.

Levar a sério uma sociologia reflexiva é explorar até o fim os limites do diálogo

De nosso ponto de vista, fatos¹⁶ e imprevistos numa situação de trabalho de campo deveriam ser considerados como parte de uma totalidade. Seria interessante mobilizar aqui a noção de “totalidade estruturada”, utilizada por Burawoy de maneira polêmica contra Braverman,¹⁷ deslocando-a, no nosso caso, para iluminar a correlação entre imprevistos e “fatos” na situação de pesquisa, elevando os foros de legitimidade dos primeiros em relação aos segundos. Assim como a totalidade estruturada pressupunha uma relação complexa, ao mesmo tempo de determinação e de resultado entre as instâncias da economia, do Estado, da ideologia (educação, religião) e da política – onde somente a pesquisa histórica poderia definir qual a instância e em que momento ela passa a ser predominante –, também os elementos explicativos de um dado dependem de uma articulação em termos de totalidade, onde as determinações devem ser mantidas como parte da própria explicação, sem necessariamente considerar os imprevistos como resíduos. Esses últimos são indicadores, também, de relações sociais, ao invés de serem tomados apenas como a “cozinha” da pesquisa (a antropologia costuma ser muito ciosa desse *momentum*). Listo dois desses imprevistos:

16 Entende-se aqui por “fatos” aqueles dados e informações obtidos segundo um procedimento previamente estudado e executado.

17 Burawoy (1985, p. 54-63).

1) as desigualdades expressivas e de poder entre informante e pesquisador;

2) o posicionamento dos dois como classe. Aqui a concepção de Touraine em termos de lutas de classe em torno da direção da historicidade é útil: sempre haverá classes ou adversários (e ele concebe mesmo uma hierarquia para tais lutas, a mais decisiva sendo aquela que mobiliza um movimento social pela direção da historicidade; desse modo, segundo Touraine, é possível decantar analiticamente a posição dos indivíduos e grupos pesquisados dentro dessa hierarquia de classes. No exemplo que é desenvolvido abaixo, a luta de classes não está explicitada, permanecendo em estado latente).

Um imprevisto, nesse caso, pode ser a autodomesticação do discurso do informante que almeja a posição simbólica do entrevistador – fato muito comum entre líderes sindicais que vislumbram a possibilidade de cavar uma conversão do papel de militante, porém com um saber razoavelmente acumulado ao longo de anos em trânsito entre aparelhos sindicais e do Estado, para o papel de “acadêmico”. Falar o que se quer ouvir não é bem o viés mais pernicioso nesse caso, mas sim um processo de rigidificação da fala, que se torna mais sóbria e calculada, contaminada por uma espécie de transferência inesperada (seja porque o informante não conhece previamente o entrevistador, seja porque o vislumbre de tal oportunidade aflora no momento da tematização de assuntos que ele, entrevistado, conhece muito bem). Isso pode prejudicar também a informação obtida, na medida em que o interlocutor, além de selecionar de seu repertório os chavões de costume, mobiliza um jogo de medição de possibilidades com o entrevistador, a fim de se certificar de quais são as chances reais de ocupar aquela posição algum dia: os tentos serão rapidamente contabilizados em termos de sucesso ou fracasso e o jogo, ocupando muito tempo na elaboração da resposta, acaba por enfraquecer essa última. Não é possível não levar em conta,

nesse exemplo, as relações de poder, tanto no sentido do seu exercício por parte do entrevistador, quanto a reação a ela por parte do entrevistado.

O jogo de tentar tomar o lugar do sociólogo, ao expor as coordenadas de poder atuando por sobre informante e pesquisador, mina o diálogo entre esse e seu público porque confirma as fissuras e os *déficits* que resultam em expectativas muito diferentes de lado a lado.

Ligando esse imprevisto – porém com consequências para o diálogo – com a totalidade estruturada que compõe a situação, é possível pensar que aquele comportamento está relacionado historicamente com a institucionalização do sindicalismo no Brasil nos últimos anos, provocando um estreitamento (ao menos para uma parte da sua cúpula) das distâncias de classe, com o acesso menos cerimonioso a lugares do aparelho do Estado e da própria sociedade, o que uma visão obreirista ou segmentada do grupo trabalhador há não muito tempo atrás provavelmente recusaria. Por outro lado, é mais ou menos evidente que esse deslocamento do movimento sindical para a institucionalização afasta-o de sua identificação como movimento social.

Por fim, ainda como “instância” do imprevisto mencionado acima, devemos incluir uma terceira parte da totalidade estruturada que a situação expõe, dessa vez em um nível da própria representação social da pesquisa: a necessidade de compromissos com os procedimentos da sociologia profissional, que enfatiza justamente o distanciamento de uma situação de entrevista em detrimento da aproximação da conversa como situação-limite da PS, conforme discutido anteriormente. Tal “instância” relaciona-se necessariamente – e portanto não é um elemento ocasional ou arbitrário – com os outros níveis discutidos no exemplo: o nível (1) = desejo de tomar o lugar do sociólogo, assim como o nível (2) = identificação da destituição do movimento sindical como movimento social.



Assim, a conclusão é: do ponto de vista da PS, a prevalência do nível (2) do esquema força a uma postura, no interior dos tipos característicos de sociologia definidos por Burawoy, que está muito mais de acordo com a *policy sociology*, pois essa traduz melhor a linguagem que o “público” (mundo sindical) reconhece: uma linguagem que frequenta os aparelhos na forma de serviços de consultoria, projetos, formação etc. Os três níveis ou instâncias guardam uma forte coerência entre si, que vão do contexto ao método.

Dessa forma, o que essa comunicação procurou indicar, a partir de autores vindos de fora do campo da SP e de algumas reflexões próprias sobre a prática de pesquisa de terreno, é que:

- 1) o projeto da SP de trabalhar com os movimentos sociais ou as organizações coletivas espontâneas (quando eles/elas existirem) como coprodutores de dados – e não como meros fornecedores de material – é extremamente alvissareiro e estimulante;
- 2) o grande problema de manter esse vínculo depende, entre outras coisas, do grau de compromisso com os outros tipos de sociologia, que solicitam o sociólogo a falar a *linguagem* delas, sob pena de exclusão da esfera de legitimação que elas definem. Nesse sentido, a

sociologia crítica não está no mesmo nível dos outros dois tipos de sociologia definidos por Burawoy (*policy sociology* e sociologia profissional). Pensar as próprias condições de produção do saber sociológico não pode ser uma atividade complementar ou aditiva à prática da pesquisa. Elas devem ser empreendidas conjuntamente. A SP com certeza *sabe* disso. Mas por alguma razão não quer *dizer* isso.

Research practice and “Public sociology”: a discussion on possible and not-so-possible intersections

Abstract

This article is a direct reaction to Michael Burawoy's *For Public Sociology* (2005). It discusses the implications of that manifest in terms of a research practice that assimilates the dialogical component of the proposal and intends to present its limitations, which result from concessions both to professional sociology and policy sociology. These limitations are exposed based on some examples from fieldwork, in which the reflexive element of the research requires a problematization of the power relations between the interviewer and the interviewee. The article refers to Touraine's sociology of action and the methodology of sociological intervention to demonstrate that the tradition of the discipline has faced issues of that kind before. In the end, the article concludes for the relevance of “public sociology”, but it takes into consideration the methodological incompatibilities with other “types” of sociology, characterized by the author in the above-mentioned text.

Keywords: Public sociology. Research practice in sociology. Sociological intervention.

Referências

- ARANOWITZ, S. Comments on Michael Burawoy's 'The critical turn to public Sociology'. **Critical Sociology**. v. 31, n. 3, 2005. p. 333-338.
- BAIOCCHI, G. Interrogating connections: from public criticisms to critical publics in Burawoy's public Sociology. **Critical Sociology**. v. 31, n. 3, 2005. p. 345-351.
- BURAWOY, M. **Politics of Production**. London: Verso, 1985.
- IDEM. For public Sociology, **American sociological review**, v.70, february 2005, p. 4-28. [Tradução em língua portuguesa: Por uma Sociologia pública. Política & Trabalho. **Revista de Ciências Sociais**. n.25, out. 2006. p. 9-50.
- CALHOUN, C. Introduction: Habermas and the public sphere. In: In: CALHOUN, C. (ed.) **Habermas and the public sphere**. Cambridge, Ma: MIT Press, 1992.
- GHAMARI-TABRIZI, B. Can Burawoy make everybody happy? Comments on Public Sociology, **Critical Sociology**. v. 31, n. 3, 2005. p. 361-369.
- HABERMAS, J. **Técnica e ciência enquanto 'ideologia'**. In: HORKHEIMER *et al.* São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Coleção Os Pensadores).
- _____. **Conhecimento e interesse**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- HORKHEIMER, M. Teoria tradicional e teoria crítica. In: **HORKHEIMER et al.** São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Coleção Os Pensadores).
- KATZ-FISHMAN, W. e SCOTT, J. Comments on Burawoy: a view from the bottom-up. **Critical Sociology**. v. 31, n. 3, 2005. p. 371-374.
- TOURAINE, A. **La Production de la société**. Paris: Seuil, 1973.
- IDEM. **La Voix et le Regard**, Paris: Seuil, 1978.
- URRY, J. The good news and the bad news. **Critical Sociology**. v. 31, n.3, 2005. p. 375-378.
- WEBER, M. **Economía y sociedad**, México: Fondo de Cultura Económica, 1984 [7ª reimp.].

Recebido: 30/07/07
Aceite final: 20/12/2007